17º SIMULADO OAB 2013.1

14 DE JUNHO DE 2013

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9:20hs e encerramento às 12:20hs. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9:20hs. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 14/jun e extinguir-se-á às 13hs do dia 17/jun. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 19/jun.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 19/jun.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 14/Jun | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 14/Jun | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 17/Jun | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 19/Jun | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 19/Jun | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. Com relação aos instrumentos que foram inseridos na Administração Pública, assinale a alternativa que tem características da Administração Pública Gerencial.**

(A) Regime Jurídico Unificado dos Servidores Públicos, Licitações e Contratos Administrativos.

(B) Convênios, Concurso Público e Consórcios Públicos.

(C) Contrato de Gestão, Programas de Qualidade e Participação e Agências Reguladoras.

(D) Concurso Público, Reengenharias de Governo e Licitações e Contratos Administrativos.

**2. Em relação ao processo administrativo genérico, regulado pela Lei 9.784/99, é certo afirmar que:**

(A) a Administração não pode cobrar por despesas processuais, sendo, inclusive, inconstitucional a lei que acaso permitisse tal cobrança.

(B) as normas dos processos administrativos específicos, no que toca á densidade de incidência normativa, aplicam-se subsidiariamente no processo genérico, quando forem de ordem pública.

(C) o órgão competente para decidir o recurso administrativo pode agravar a situação do recorrente, mas, antes da decisão, deve cientificá-lo do fato e permitir que ofereça as alegações de seu interesse.

(D) a decadência do direito da Administração de anular seus próprios atos administrativos ocorre irrestritamente em 5 (cinco) anos quando deles se originam efeitos patrimoniais contínuos.

**3. A respeito dos contratos administrativos, de acordo com a Lei 8.666/93, considere as seguintes afirmativas:**

**I. É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.**

**II. A alteração do projeto, pela Administração, autoriza a revisão do contrato para manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, mas não autoriza a prorrogação dos prazos de execução, conclusão e entrega.**

**III. A prorrogação de contrato administrativo, nas hipóteses admitidas pela lei, exige prévia e expressa autorização da autoridade competente para celebrar o contrato.**

**Assinale:**

(A) se apenas a afirmativa I estiver correta.

(B) se apenas a afirmativa II estiver correta.

(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

**4. No conceito de controle da administração pública, a comprovação da eficiência ou da oportunidade de um ato diz respeito:**

(A) ao controle hierárquico.

(B) ao controle finalístico.

(C) ao controle externo popular.

(D) ao controle de mérito.

**5. Assinale a alternativa que indique, respectivamente, os bens públicos que podem ser objeto de direito pessoal e real pela Administração Pública.**

(A) Rios navegáveis e veículos oficiais.

(B) Aeroportos e praças.

(C) Museus e bibliotecas.

(D) Terras devolutas e veículos inservíveis.

**6. Analise as proposições a seguir:**

**I. Tanto a concessão quanto a permissão almejam a prestação de um serviço público.**

**II. A lei 8.987/95 atribuiu à permissão de serviço público a natureza de contrato de adesão.**

**III. Uma diferença entre concessão e permissão é que a primeira depende de licitação prévia enquanto a segunda dispensa esse procedimento.**

**IV. A anulação do contrato de permissão só pode ser decretada pela via judicial.**

**Assinale:**

(A) se somente as proposições I e II forem verdadeiras.

(B) se somente as proposições I e III forem verdadeiras.

(C) se somente as proposições II e III forem verdadeiras.

(D) se somente as proposições III e IV forem verdadeiras.

**7. Assinale a alternativa correta.**

(A) Contrato de gestão é aquele pactuado entre o Poder Público e determinada entidade estatal, fixando-se um plano de metas para esta, ao mesmo tempo em que aquele se compromete a assegurar maior autonomia e liberdade gerencial, orçamentária e financeira ao contratado na consecução de seus objetivos.

(B) Sempre que estiver presente em um dos polos da avença a Administração Pública, estamos diante de um contrato administrativo, regulado pelo direito público.

(C) A concessão especial denominada de parceria público-privada subdivide-se em duas categorias: concessões patrocinadas e concessões administrativas. No que tange á primeira, é facultada à Administração Pública a contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado; no entanto, os ganhos econômicos efetivos do parceiro privado serão compartilhados com o parceiro público.

(D) Reversão é a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo de concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica, e após prévio pagamento de indenização, nos termos da lei.

**8. Analise as afirmativas a seguir:**

**I. Licitação é procedimento administrativo seletivo regido pelos princípios básicos da Administração Pública e pelos princípios da vinculação ao instrumento licitatório e do julgamento subjetivo.**

**II. O princípio da obrigatoriedade da licitação deve ser observado pela Administração Pública direta e indireta, incluindo as fundações públicas e as sociedades de economia mista, de todos os entes federativos.**

**III. Há dispensa do procedimento licitatório quando, apesar da possibilidade de sua realização, for inconveniente para a Administração Pública realizá-lo. Há inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição.**

**Assinale:**

(A) se nenhuma afirmativa estiver correta.

(B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas

**9. Com relação à revogação do ato administrativo, assinale a afirmativa INCORRETA.**

(A) A revogação é de competência privativa da Administração Pública.

(B) A revogação fundamenta-se no reexame do ato com objetivo de aferir a oportunidade ou a conveniência de sua manutenção no ordenamento jurídico.

(C) A revogação é um ato administrativo unilateral desconstitutivo que tem como objetivo suprimir total ou parcialmente os efeitos de ato legítimo anterior.

(D) A revogação se dá sempre *ex officio*, porque é ato praticado pela Administração Pública, em qualquer caso, a participação do Poder Judiciário para o controle é inviável.

**10. Assinale a afirmativa incorreta.**

(A) Empresas públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado.

(B) As agências reguladoras foram criadas sob a forma de autarquias de regime especial.

(C) Os Ministérios são órgãos públicos e, portanto, têm personalidade jurídica.

(D) Os processos que envolvam sociedades de economia mista federais são processados e julgados, em regra, na Justiça Estadual.

**Constitucional**

**11. Uma comissão de Deputados Federais apresentou ao Senado Federal projeto de Lei Ordinária relativa ao meio ambiente. Após os debates, o projeto foi aprovado pelo plenário do Senado Federal e, em seguida, encaminhado para a Câmara dos Deputados que, em apenas um turno de discussão e votação, o aprovou e o enviou ao Presidente da República, que o sancionou. Sobre o fato acima, assinale a afirmativa correta.**

(A) A lei é inconstitucional, pois não é matéria de competência dos Deputados.

(B) A discussão e a votação do projeto deveriam ter se iniciado na Câmara dos Deputados, havendo, por isso, vício no processo legislativo.

(C) A ocorrência de dois turnos de discussão e votação do projeto de lei ordinária, pressuposta no adequado processo legislativo, não ocorreu no caso narrado.

(D) A lei é constitucional, pois o processo legislativo foi adequado.

**12. A respeito da ação popular, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) Pode ser ajuizada por qualquer cidadão que esteja em gozo dos seus direitos políticos.

(B) Não pode ser ajuizado pelo Ministério Público.

(C) Não é meio hábil para controle concreto de constitucionalidade.

(D) É uma ação gratuita se proposta de boa fé.

**13. O Estado ”Y” possui Lei Ordinária, que dispõe sobre destinação de material bélico apreendido e sua distribuição para o efetivo da polícia. Inconformado com este diploma legal, o Governador do Estado deseja propor ação direta de inconstitucionalidade.**

**Neste caso, assinale a afirmativa correta.**

(A) A ação não poderá ser ajuizada pelo Governador sem prévia autorização da Assembleia Legislativa do Estado Y, já que se trata de ação contra lei do próprio Estado.

(B) O Governador não poderá propor a ADI, como pretende, pois a lei não possui vício de inconstitucionalidade.

(C) A lei é inconstitucional, pois viola a competência exclusiva da União.

(D) Não haveria vício de inconstitucionalidade, caso a lei estadual tivesse status de lei complementar, ao invés de lei ordinária.

**14. A delegação legislativa é autorizada pelo Congresso Nacional por meio de:**

(A) Decreto.

(B) Resolução.

(C) Decreto-Lei.

(D) Decreto Legislativo.

**15. Sobre o instrumento jurídico denominado Medida Provisória que não é lei, mas tem força de lei, assinale a aﬁrmativa correta.**

(A) A sua eﬁcácia dura quarenta dias contados da publicação, podendo a medida ser prorrogada apenas duas vezes, ambas por igual período.

(B) Ela não pode ser editada no âmbito estadual em hipótese alguma.

(C) Não pode dispor sobre nacionalidade, direitos políticos e processo civil.

(D) A edição de Medida Provisória torna prejudicado o projeto de lei que disciplina o mesmo assunto e que, a par de já aprovado pelo Congresso Nacional, está pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

**16. Assinale a opção correta relativa à organização dos Poderes, ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo.**

(A) O Conselho da República é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático e é formado apenas por brasileiros natos;

(B) O presidente da República será julgado por crime comum perante a Câmara dos Deputados e por crime de responsabilidade pelo Supremo Tribunal Federal;

(C) Por representar derrogação ao princípio republicano, a cláusula de irresponsabilidade penal relativa somente se aplica ao Presidente da República;

(D) O suplente de Deputado Federal tem direito a imunidades formais e materiais.

**17. Marque a opção correta sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI):**

(A) não podem ser criadas em âmbito distrital pois não há previsão constitucional;

(B) podem determinar a quebra de sigilo de dados telefônicos, fiscais e bancários dos investigados, inclusive determinar a suspensão ou dissolução das atividades de uma associação que esteja sendo alvo de investigação;

(C) são criadas no exercício da atribuição atípica do Poder legislativo, qual seja, a de julgar;

(D) em nome do direito das minorias parlamentares, é inconstitucional lei que determina a submissão de um terço das assinaturas dos parlamentares à deliberação plenária para fins de abertura da CPI.

**18. Sobre a Organização dos Poderes, analise as afirmativas a seguir e indique a assertiva correta.**

(A) O Poder Legislativo do Distrito Federal será representado pela Câmara Distrital onde atuam os deputados distritais;

(B) O STF entende que as Constituições estaduais podem estabelecer para o Governador a imunidade formal processual;

(C) O Presidente da República só poderá ser preso em razão de flagrante de crime inafiançável;

(D) Os territórios podem eleger o número fixo de 4 (quatro) Senadores.

**19. Sobre direitos políticos,**

**I- O notório saber jurídico é uma das condições de elegibilidade, de acordo com a Constituição Federal;**

**II- É condição específica de elegibilidade para alguns cargos a nacionalidade originária brasileira;**

**III- As idades mínimas de 21 anos para Vereador e a de 30 para Deputado Federal estão previstas no texto constitucional.**

**Estão corretas:**

A) I e II;

B) II e III;

C) II;

D) Todas.

**20. Analise as assertivas abaixo sobre as emendas constitucionais:**

**I- Segundo a Constituição, não pode ser objeto de deliberação proposta de emenda constitucional tendente a abolir o sistema eleitoral proporcional;**

**II- A proposta de emenda constitucional poderá ser de iniciativa dos Prefeitos de Municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores;**

**III- A emenda constitucional é considerada aprovada se obtiver três quintos dos votos dos membros do Congresso Nacional, reunidos em sessão conjunta;**

**IV- Proposta de emenda rejeitada não pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa;**

**V- Emenda à Constituição Federal é considerada manifestação de poder constituinte derivado reformador.**

**De acordo com o texto constitucional:**

(A) as afirmativas IV e V estão certas.

(B) as afirmativas I e III estão certas.

(C) as afirmativas I e II estão certas.

(D) nenhuma das afirmativas está correta.

**Deontologia**

**21. Mauro, advogado com larga experiência profissional, resolve contratar com emissora de televisão, um novo programa, incluído na grade normal de horários da empresa, cujo título é “o Advogado na TV”, com o fito de proporcionar informações sobre a carreira, os seus percalços, suas angústias, alegrias e comprovar a possibilidade de sucesso profissional.**

**No curso do programa, inclui referência às causas ganhas, bem como àquelas ainda em curso e que podem ter repercussão no meio jurídico, todas essas vinculadas ao seu escritório de advocacia.**

**Consoante as normas aplicáveis, é correto afirmar que:**

(A) a participação em programa televisivo está vedada aos advogados.

(B) a publicidade, como narrada, é compatível com as normas do Código de Ética.

(C) o advogado, no caso, deveria se limitar ao aspecto educacional e instrutivo da atividade profissional.

(D) programas televisivos são franqueados aos advogados, inclusive para realizar propaganda dos seus escritórios.

**22. Fábio, advogado com mais de dez anos de efetiva atividade, obtém a indicação da OAB para concorrer pelo quinto constitucional à vaga reservada no âmbito de Tribunal de Justiça.**

**No curso do processo também obtém a indicação do Tribunal e vem a ser nomeado pelo Governador do Estado, ingressando nos quadros do Poder Judiciário. Diante disso, à luz das normas estatutárias ocorrerá:**

(A) o cancelamento da inscrição como advogado.

(B) a suspensão até que cesse a incompatibilidade.

(C) o licenciamento do profissional.

(D) a passagem para a reserva do quadro de advogados.

**23. Renato, advogado em início de carreira, é contactado para defender os interesses de Rodrigo, que está detido em cadeia pública. Dirige-se ao local onde seu cliente está retido e busca informações sobre sua situação, recebendo como resposta do servidor público que estava de plantão que os autos do inquérito estariam conclusos com a autoridade policial e, por isso, indisponíveis para consulta e que deveria o advogado retornar quando a autoridade tivesse liberado os autos para realização de diligências.**

**À luz das normas aplicáveis,**

(A) o advogado, diante do seu dever de urbanidade, deve aguardar os atos cabíveis da autoridade policial.

(B) o acesso aos autos, no caso, depende de procuração e de prévia autorização da autoridade policial.

(C) no caso de réu preso, somente com autorização do juiz pode o advogado acessar os autos do inquérito policial.

(D) o acesso aos autos de inquérito policial é direito do advogado, mesmo sem procuração ou conclusos à autoridade policial.

**24. João Vítor e Ana Beatriz, ambos advogados, contraem núpcias, mantendo o estado de casados por longos anos. Paralelamente, também mantêm sociedade em escritório de advocacia. Por motivos vários, passam a ter seguidas altercações, com acusações mútuas de descumprimento dos deveres conjugais.**

**Ana Beatriz, revoltada com as acusações desfechadas por João Vitor, requer que a OAB promova sessão de desagravo, uma vez que sua honra foi atingida por seu marido, em discussões conjugais.**

**À luz das normas estatutárias,**

(A) nenhum ato poderá ser realizado pela OAB, tendo em vista que as ofensas não ocorreram no exercício da profissão de advogado.

(B) o ato de desagravo depende somente da qualidade de advogado do ofendido.

(C) sendo o ofensor advogado, o desagravo é permiti do pelo estatuto.

(D) o desagravo poderá ocorrer privadamente.

**25. Francisco, advogado, dirige-se, com seu cliente, para participar de audiência em questão cível, designada para a colheita de provas e depoimento pessoal. O ato fora designado para iniciar às 13 horas.**

**Como é de praxe, adentraram o recinto forense com meia hora de antecedência, sendo comunicados pelo Oficial de Justiça que a pauta de audiências continha dez eventos e que a primeira havia iniciado às dez horas, já caracterizado um atraso de uma hora, desde a audiência inaugural.**

**A autoridade judicial encontrava-se presente no foro desde as nove horas da manhã, para despachos em geral, tendo iniciado a primeira audiência no horário aprazado. Após duas horas de atraso, Francisco informou, por escrito, ao Chefe do Cartório Judicial, que, diante do ocorrido, ele e seu cliente estariam se retirando do recinto.**

**Diante do narrado, à luz das normas estatutárias:**

(A) qualquer atraso superior a uma hora justifica a retirada do recinto, pelo advogado.

(B) o advogado deveria, no caso narrado, peticionar ao Magistrado e retirar-se do recinto.

(C) o atraso que justifica a retirada do advogado está condicionado à ausência da autoridade judicial no evento.

(D) meros atrasos da autoridade judicial não permitem a retirada do advogado do recinto.

**26. Dentre as sanções cabíveis no processo disciplinar realizado pela OAB no concernente aos advogados estão a censura, a suspensão, a exclusão e a multa.**

**Dentre as circunstâncias atenuantes para a aplicação do ato sancionatório, encontra-se, consoante o Estatuto,**

(A) exercício assíduo e proficiente em mandato realizado na OAB.

(B) ser reincidente em faltas da mesma natureza.

(C) prestação de serviços à advocacia, mesmo irrelevantes.

(D) ter sido o ato cometido contra outro integrante de carreira jurídica.

**27. Eduardo, advogado, é contratado para defender os interesses de Otávio, próspero fazendeiro, em diversas ações, de natureza civil, empresarial, criminal, bem como em processos administrativos que tramitam em numerosos órgãos públicos.**

**Antes de realizar os atos próprios da profissão, apresenta ao cliente os termos de contrato de honorários, que divide em valores fixos, acrescidos dos decorrentes da eventual sucumbência existente nos processos judiciais.**

**À luz das normas aplicáveis,**

(A) os honorários sucumbenciais e os contratados são naturalmente excludentes, devendo o profissional optar por um deles.

(B) os honorários contratuais devem ser sempre em valor fixo.

(C) os honorários de sucumbência podem, ao alvedrio das partes, sofrer desconto dos honorários pactuados contratualmente.

(D) os honorários sucumbenciais acrescidos dos honorários contratuais podem superar o benefício econômico obtido pelo cliente.

**28. Caio, advogado, inscrito na OAB-SP, após aprovação em concorrido Exame de Ordem, atua em diversos ramos do Direito. Um dos seus clientes possui causa em curso perante a Comarca de Tombos/MG, tendo o profissional comparecido à sede do Juízo para praticar ato em prol do seu constituinte. Estando no local, foi surpreendido por designação do Juiz Titular da Comarca para representar Tício, pessoa de parcos recursos financeiros, diante da ausência de Defensor Público designado para prestar serviços no local, por falta de efetivo suficiente de profissionais. Não tendo argumentos para recusar o encargo, Caio participou do ato.**

**Diante desse quadro:**

(A) o ato deveria ter sido adiado diante da exclusividade da atuação da Defensoria Pública.

(B) o advogado deveria ter recusado o encargo, mesmo sem justificativa plausível.

(C) a recusa nesses casos poderá ocorrer, com justo motivo.

(D) a recusa poderia ocorrer diante da ausência de sanção disciplinar.

**29. Michel, Philippe e Lígia, bacharéis em Direito recém-formados e colegas de bancos universitários, comprometem-se a empreender a atividade advocatícia de forma conjunta logo após a aprovação no Exame de Ordem. Para gáudio dos bacharéis, todos são aprovados no certame e obtém sua inscrição no Quadro de Advogados da OAB.**

**Assim, alugam sala compatível em local próximo ao prédio do Fórum do município onde pretendem exercer sua nobre função. De início, as causas são individuais, por indicação de amigos e parentes. Logo, no entanto, diante do sucesso profissional alcançado, são contactados por sociedades empresárias ansiosas pela prestação de serviços profissionais advocatícios de qualidade. Uma exigência, no entanto, é realizada: a prestação deve ocorrer por meio de sociedade de advogados.**

**No concernente ao tema, à luz das normas aplicáveis:**

(A) a sociedade de advogados é de natureza empresarial.

(B) os advogados sócios da sociedade de advogados respondem limitadamente por danos causados aos clientes.

(C) o registro da sociedade de advogados é realizado no Conselho Seccional da OAB onde a mesma mantiver sede.

(D) não é possível associação com advogados, sem vínculo de emprego, para participação nos resultados.

**30. Joel é experiente advogado, inscrito há muitos anos nos quadros da OAB. Em atividade profissional, comparece à sessão de tribunal com o fito de sustentar, oralmente, recurso apresentado em prol de determinado cliente. Iniciada a sessão de julgamento, após a leitura do relatório, pelo magistrado designado para tal função no processo, dirige-se à tribuna e, regularmente, apresenta sua defesa oral. No curso do julgamento há menção, pelo Relator de data e folhas constantes dos autos processuais que se revelam incorretas.**

**No concernente ao tema, à luz das normas estatutárias, o advogado:**

(A) deve aguardar o final do julgamento, com a proclamação do resultado, para apresentar questão de ordem.

(B) poderá usar a palavra, pela ordem, para esclarecer questão de fato, que influencie o julgamento.

(C) não possui instrumento hábil para interromper o julgamento.

(D) após o final do julgamento deverá, mediante nova sustentação oral, indicar os erros cometidos.

**Direito e Processo Penal**

**31. Em tema de competência envolvendo crime de médio potencial ofensivo, de ação penal exclusivamente privada, o querelante poderá preferir:**

(A) o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando desconhecido o lugar da infração;

(B) o foro de domicílio ou da residência do ofendido, ainda quando desconhecido o lugar da infração;

(C) o foro de domicílio ou da residência das testemunhas, ainda quando desconhecido o lugar da infração;

(D) o foro de domicílio ou da residência do perito, ainda quando desconhecido o lugar da infração;

**32. Não constitui um dos critérios para fixação da competência no processo penal:**

(A) A natureza da infração.

(B) A distribuição.

(C) Domicílio da vítima.

(D) A prerrogativa de função.

**33. É aplicável à ação penal privada exclusiva o princípio da:**

(A) disponibilidade

(B) obrigatoriedade

(C) transcendência

(D) divisibilidade

**34. Concomitantemente, diversas pessoas saquearam um estabelecimento comercial, sem conhecimento uma às outras. Trata-se de:**

(A) continência de ações, em razão do concurso de pessoas;

(B) conexão intersubjetiva por simultaneidade;

(C) conexão intersubjetiva por reciprocidade;

(D) conexão objetiva.

**35. Recebendo noticia criminis de crime em que a ação penal depende de representação, a Autoridade Policial, depois de lavrar boletim de ocorrência, deve:**

(A) instaurar o inquérito policial e aguardar a representação da vítima ou seu representante legal.

(B) instaurar o inquérito policial e intimar a vítima ou seu representante legal para oferecer a representação.

(C) aguardar a representação para instaurar o inquérito policial.

(D) remeter o boletim de ocorrência ao Ministério Público para ser colhida a representação da vítima ou seu representante legal.

**36. O tipo penal compõe-se:**

(A) somente de elementos normativos e subjetivos;

(B) somente de elementos descritivos e subjetivos;

(C) somente de elementos normativos e descritivos;

(D) de elementos normativos, subjetivos e descritivos.

**37. O Código Penal Brasileiro, em relação ao dolo direto, adota qual teoria:**

(A) teoria da representação;

(B) teoria do consentimento;

(C) teoria da vontade;

(D) teoria da cognição.

**38. Assinale a alternativa correta:**

(A) o erro de tipo essencial exclui o dolo, permitindo, quando for o caso, a punição pelo crime culposo;

(B) o erro de tipo essencial exclui a culpabilidade;

(C) o erro de tipo inevitável não exclui a tipicidade, pois o elemento objetivo do tipo permanece intacto;

(D) erro de tipo não pode ocorrer nos crimes omissivos impróprios;

**39. No conflito aparente de normas, quando se evidencia a ocorrência de um crime-meio para a caracterização de um crime-fim, a questão vem solucionada pelo:**

(A) princípio da subsidiariedade tácita;

(B) princípio da consunção;

(C) princípio da especialidade;

(D) princípio da alternatividade;

**40. No que diz respeito aos crimes tentados não é correto afirmar:**

(A) não se admite a tentativa nos crimes culposos;

(B) não se admite a tentativa nos crimes omissivos impróprios;

(C) não se admite a tentativa nos crimes unissubsistentes;

(D) não se admite a tentativa nas contravenções penais;

**Empresarial**

**41. A Assembleia Geral de S.A. Empreendimentos Turísticos, companhia aberta sediada em “X”, delegou ao Conselho de Administração a deliberação sobre a oportunidade de emissão, época e condições de vencimento de debêntures conversíveis em ações. Petrossian Participações Ltda., acionista minoritário, consultou seu advogado sobre a legalidade da deliberação. Com relação ao fato acima, assinale a alternativa que apresenta a resposta correta à consulta.**

(A) A deliberação é válida, porque a deliberação sobre a oportunidade de emissão, a época e as condições de vencimento de debêntures conversíveis em ações podem ser delegadas ao Conselho de Administração.

(B) A deliberação é anulável, porque a deliberação sobre a oportunidade de emissão, a época e as condições de vencimento de debêntures conversíveis em ações são privativas da assembleia geral nas companhias abertas.

(C) A deliberação é nula, porque a emissão de debêntures conversíveis em ações depende da autorização prévia dos titulares de ações preferenciais reunidos em assembleia especial convocada para esse fim.

(D) A deliberação é ineficaz em relação aos acionistas minoritários, pois a emissão de debêntures conversíveis em ações acarretará aumento de capital com diluição injustificada de participação desses acionistas.

**42. A respeito da recuperação judicial, assinale a afirmativa correta.**

(A) O juiz somente poderá conceder a recuperação judicial do devedor cujo plano de recuperação tenha sido aprovado pela assembleia geral de credores.

(B) O devedor poderá desistir do pedido de recuperação judicial a qualquer tempo, desde que antes da concessão da recuperação judicial pelo juiz, bastando, para tanto, comunicar sua desistência ao juízo da recuperação.

(C) O juiz decretará falência, caso o devedor não apresente o plano de recuperação no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação.

(D) O plano de recuperação apresentado pelo devedor, em hipótese alguma, poderá sofrer alterações.

**43. Com relação ao instituto do cheque, assinale a afirmativa correta.**

(A) O cheque pode ser sacado contra pessoa jurídica, instituições financeiras e instituições equiparadas.

(B) O portador não pode recusar o pagamento parcial do cheque.

(C) O cheque pode consubstanciar ordem de pagamento à vista ou a prazo.

(D) A ação de execução do cheque contra o sacador prescreve em 1 (um) ano contado do prazo final para sua apresentação.

**44. A respeito do sócio ostensivo da sociedade em conta de participação, assinale a afirmativa correta.**

(A) É também chamado de sócio oculto.

(B) É o único responsável pela atividade constitutiva do objeto social.

(C) É o novo sócio admitido, mesmo que sem o consentimento dos demais, quando a sociedade necessitar de um aporte de capital.

(D) É o único sócio ostensivo da sociedade, vedada a pluralidade de sócios dessa natureza.

**45. José decidiu constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) para atuar no município “X” e consultou um advogado para obter esclarecimentos sobre a administração da EIRELI.**

**Assinale a alternativa que apresenta a informação correta dada pelo advogado.**

(A) A designação de administrador não sócio depende do voto favorável de 2/3 (dois terços) do capital social, se este não estiver integralizado.

(B) A administração atribuída pelo contrato a qualquer dos sócios da EIRELI não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

(C) O administrador da EIRELI, seja o próprio instituidor ou terceiro, responde por culpa no desempenho de suas atribuições perante terceiros prejudicados.

(D) O titular da EIRELI poderá usar a firma ou denominação, sendo vedado seu uso pelo terceiro, ainda que seja designado administrador.

**Direito e Processo Civil**

**46. Assinale a assertiva incorreta.**

(A) Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.

(B) Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais.

(C) Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo.

(D) É admissível a ação declaratória, desde que não tenha ocorrido a violação do direito.

**47. Assinale a assertiva incorreta.**

(A) Os incapazes serão representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da lei civil.

(B) Nas comarcas onde houver representante judicial de incapazes ou de ausentes, a este competirá a função de curador especial.

(C) Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz extinguirá o processo.

(D) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

**48. Sobre a participação de pessoas casadas no processo, marque a alternativa correta**

(A) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações que versem sobre direitos reais mobiliários

(B) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações que versem sobre dívidas contraídas pelo marido em benefício de terceiros

(C) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações que tenham por objeto a constituição de ônus sobre bens móveis

(D) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de composse ou de ato por ambos praticados.

**49. Sobre a Intervenção de Terceiro, marque a opção correta**

(A) Há duas modalidades de oposição no atual CPC, tendo como marco temporal distintivo a AIJ.

(B) O chamamento ao processo é inadmissível, uma vez que contraria regras de direito material.

(C) A nomeação à autoria otimiza o exercício do direito de regresso no processo..

(D) A denunciação à lide é exclusiva às hipóteses de garantia imprópria.

**50. É competente a autoridade judiciária brasileira quando:**

(A) O réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.

(B) No Brasil for o local do pagamento da obrigação.

(C) A ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Exterior.

(D) Quando assim requerer o estrangeiro.

**51. Sobre a validade dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.**

(A) Simulação inocente não é causa de nulidade

(B) Quando celebrado por incapaz, o negócio é nulo

(C) Quando não revestir a forma prescrita em lei, é nulo o negócio jurídico

(D) É anulável quando fraudar lei imperativa

**52. Prescreve:**

(A) Em um ano a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos

(B) Em dois anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

(C) Em três anos a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários;

(D) Em quatro anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular

**53. Sobre o direito de construir, assinale a opção correta:**

(A) O proprietário pode levantar em seu terreno as construções que lhe aprouver, salvo o direito dos vizinhos e os regulamentos administrativos.

(B) O proprietário construirá de maneira que o seu prédio, caso despeje águas, diretamente, sobre o prédio vizinho, indenize-o.

(C) É defeso abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de dois metros e meio do terreno vizinho.

(D) As janelas cuja visão não incida sobre a linha divisória, bem como as perpendiculares, não poderão ser abertas a menos de noventa e cinco centímetros.

**54. Sobre o Poder Familiar, marque a opção incorreta.**

(A) Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores.

(B) Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade.

(C) Divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo.

(D) O filho, não reconhecido pelo pai, fica sob poder familiar exclusivo da mãe; se a mãe não for conhecida ou capaz de exercê-lo, dar-se-á curador ao menor.

**55. Sobre o inventário e a partilha, assinale a opção errada.**

(A) O herdeiro que sonegar bens da herança, não os descrevendo no inventário quando estejam em seu poder, ou, com o seu conhecimento, no de outrem, ou que os omitir na colação, a que os deva levar, ou que deixar de restituí-los, perderá o direito que sobre eles lhe cabia.

(B) A pena de sonegados só se pode requerer e impor em ação movida pelos herdeiros ou pelos credores da herança.

(C) A herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido; mas, feita a partilha, respondem os herdeiros integralmente com seus patrimônios.

(D) As despesas funerárias, haja ou não herdeiros legítimos, sairão do monte da herança; mas as de sufrágios por alma do falecido só obrigarão a herança quando ordenadas em testamento ou codicilo.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Com relação ao intervalo para repouso e alimentação, assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) A não concessão do intervalo para repouso e alimentação implica em mera sanção administrativa, com imposição de multa ao empregador.

(B) Em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo de no mínimo uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, de no máximo duas horas.

(C) Não excedendo de seis horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar de quatro horas.

(D) Os intervalos para repouso e alimentação previstos na Consolidação das Leis do Trabalho não serão computados na duração do trabalho.

**57. Sobre a jornada suplementar e a jornada noturna, é CORRETO:**

(A) Os empregados sob o regime de tempo parcial poderão prestar horas extras, desde que autorizados expressamente pelo sindicato.

(B) Como forma de proteção da saúde e da integridade física dos trabalhadores, a prorrogação da jornada de trabalho deve ser prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

(C) As horas extras são remuneradas com adicional de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho.

(D) Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, em relação às horas trabalhadas no período considerado noturno aplica-se a redução da hora e deve ser pago o respectivo adicional.

**58. Com fundamento na legislação aplicável ao trabalho temporário, é CORRETO:**

(A) A empresa de trabalho temporário é a pessoa física ou jurídica, urbana ou rural, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores devidamente qualificados, por ela remunerados e assistidos.

(B) O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de seis meses, salvo mediante autorização do Ministério do Trabalho.

(C) Será nula de pleno direito qualquer cláusula de reserva, proibindo a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente ao fim do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição pela empresa de trabalho temporário.

(D) A jornada normal de trabalho do temporário não poderá exceder de 6 horas diárias, remuneradas as horas extras com adicional de 20% sobre o valor da hora normal.

**59. Quanto ao término do contrato de trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.

(B) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, não há que se falar em recebimento de indenização.

(C) No caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do governo responsável.

(D) Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado, será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o término do contrato.

**60. De acordo com a legislação vigente, a gratificação de natal para os trabalhadores:**

(A) será proporcional na cessação da relação de emprego resultante da aposentadoria do trabalhador, ainda que verificada antes de dezembro.

(B) será paga entre os meses de fevereiro e outubro de cada ano.

(C) é um direito assegurado aos empregados urbanos, rurais, domésticos e não aos trabalhadores avulsos.

(D) será proporcional na extinção dos contratos a prazo, exceto os de safra, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro.

**61. A CLT apresenta normas específicas sobre atos, termos e prazos processuais a serem observados nos dissídios individuais trabalhistas. A esse respeito é correto afirmar que:**

(A) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do processo judiciário do trabalho.

(B) os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 18 horas.

(C) os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação, que deverá ocorrer até o encerramento do juízo conciliatório.

(D) os prazos processuais que se vencerem em sábado, domingo ou feriado, não serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

**62. Conforme dispositivo da CLT relativos às nulidades e exceções processuais é INCORRETO afirmar que:**

(A) se a parte recusante houver praticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do Juiz, não mais poderá alegar exceção de suspeição, salvo sobrevindo novo motivo.

(B) a nulidade sempre será pronunciada, mesmo quando for possível suprir-lhe a falta ou repetir o ato, diante do princípio da irretroatividade dos atos processuais.

(C) nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

(D) as nulidades não serão declaradas, como regra, senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.

**63. A CLT possui regras específicas sobre as provas. Dentre elas, marque a alternativa CORRETA:**

(A) as testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação, sendo que as que não comparecerem não serão ouvidas, ainda que seja requerido pela parte a intimação das ausentes.

(B) o juiz nomeará perito em caso de haver matéria técnica, não sendo facultado às partes indicação de assistentes técnicos em razão da celeridade processual que deve ser aplicada ao Processo do Trabalho.

(C) o documento oferecido para prova só será aceito se estiver no original ou em certidão autêntica, não podendo ser declarado autêntico pelo próprio advogado, diante da sua parcialidade.

(D) as testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.

**64. Em conformidade com a CLT, assinale a alternativa correta quanto à forma de reclamação e notificação do reclamado:**

(A) poderá ser apresentada pelos empregados e empregadores, pessoalmente, ou por seus representantes e pelos sindicatos de classe.

(B) recebida e protocolada será remetida a segunda via da petição ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 48 horas.

(C) será, preliminarmente, sujeita a distribuição nas localidades em que houver apenas uma Vara do Trabalho.

(D) o reclamado será notificado via oficial de justiça, não sendo admitida a notificação por edital nos processos que tramitam pelo rito ordinário.

**65. Em se tratando de dissídio individual trabalhista, a CLT prevê, como regra, a realização de audiência. Nesse sentido, assinale a alternativa CORRETA:**

(A) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.

(B) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.

(C) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.

(D) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.

**Direito Tributário**

**66. Os lançamentos do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) são lançamentos:**

(A) por declaração ou misto, ambos.

(B) de ofício ou direto, ambos.

(C) por homologação e de ofício, respectivamente.

(D) por declaração e de ofício, respectivamente.

**67. É princípio do lançamento tributário:**

(A) irrevisibilidade.

(B) o lançamento de ofício.

(C) noventena.

(D) moratória.

**68. São modalidades de suspensão do crédito tributário, exceto:**

(A) moratória

(B) medida liminar em mandado de segurança

(C) depósito do montante integral

(D) ação de consignação em pagamento

**69. Sobre exclusão do crédito tributário, considere:**

**I. A lei não pode, a qualquer tempo, revogar ou modificar a isenção concedida por prazo certo e em função de determinadas condições.**

**II. A anistia não se aplica aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções.**

**III. O despacho da autoridade competente que concede isenção ou anistia em caráter individual gera direito adquirido ao beneficiado.**

**Está correto o que se afirma APENAS em:**

(A) III.

(B) II e III.

(C) II.

(D) I e II.

**70. Determinada lei municipal, dispondo sobre o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU), concedeu isenção do referido imposto aos imóveis em que estejam instalados “asilos e creches”. Segundo o que dispõem a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional, essa norma municipal:**

(A) deve ser interpretada literalmente.

(B) aplica-se a fatos pretéritos, porque mais benéfica ao contribuinte.

(C) deve ser aplicada da maneira mais favorável ao contribuinte.

(D) é inválida, porque isenções em relação ao IPTU somente podem ser previstas em lei complementar nacional.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÂO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |